

**A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS:  
SEU PROCESSO E SUAS IMPLICAÇÕES  
NA PRÁTICA DOCENTE**

*Tatiane Almeida de Souza* (UENF)

[tatianealmeidauenf@gmail.com](mailto:tatianealmeidauenf@gmail.com)

*Rysian Lohse Monteiro* (UENF)

[rysian\\_lohse@hotmail.com](mailto:rysian_lohse@hotmail.com)

*Luciana da Silva Almeida* (UENF)

[lucy.salmeida@gmail.com](mailto:lucy.salmeida@gmail.com)

*Eliana Crispim França Luquetti* (UENF)

[elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

**RESUMO**

Considerado instrumento, muitas vezes fundamental, de apoio ao trabalho dos professores, o livro didático traz em sua gênese uma perspectiva de precursor da cultura escolar, bem como dos conteúdos e currículos aceitos por um sistema de ensino. O livro didático passou a fazer parte do contexto escolar em 1996, quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, cujo objetivo se firma em subsidiar o trabalho docente com a distribuição de livros didáticos para os alunos. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de escolha do livro didático de Língua Portuguesa em escolas públicas de ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Para isso, utilizamos teorias que contemplam a temática, ancorados em teóricos como Roxane Rojo (2003), Antônio Augusto Gomes Batista (2003), Clécio do Santos Bunzen Júnior (2011), entre outros. A metodologia utilizada será a aplicação de questionários, conversas informais com os professores de português da escola e levantamento bibliográfico acerca do tema. Nota-se que o professor tende a utilizar o livro didático como o único material em sala de aula, atribuindo-o caráter verdadeiro diante os conteúdos apresentados. Para tanto, é necessário que o professor não conceba tal ferramenta como única fonte de consulta ou instrumento em sua prática docente, nem que atribua importância de melhor material de apoio em suas aulas.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa. Livro didático. PNLD.

**1. Introdução**

De acordo com Mauro Carlos Romanatto (2004), o processo de

implementação do livro didático acompanhou o processo de democratização do ensino. Se antes era papel do professor preparar e escolher os conteúdos e metodologias a serem trabalhados, a partir da democratização do ensino e do amplo acesso das diversas classes sociais a escola, quem passa a determinar os conteúdos e metodologias de ensino são os materiais didáticos.

Esse material passou a fazer parte do contexto escolar em 1996, quando o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, cujo objetivo se firma em subsidiar o trabalho docente com a distribuição de livros didáticos para os alunos da educação básica, bem como para os alunos das turmas de alfabetização.

Daí em diante, os livros didáticos são considerados elementos fundamentais nas salas de aula. Os planejamentos e atividades são realizados de acordo com os conteúdos trazidos pelos livros, muitas vezes, sem uma prévia seleção ou análise para averiguar se o conteúdo está realmente adequado às classes que o irão receber.

Entretanto, as coleções que chegam até as escolas, passam antes por seleções e avaliações por parte dos governos que buscam avaliar quais obras, bem como, quais conteúdos e currículos devem ser propagados nas escolas.

Desta forma, o presente estudo tem por objetivo analisar e entender como os livros de língua portuguesa têm sido escolhidos pelos professores na rede pública de ensino. Para tanto, foram aplicados questionários para melhor se obter informações dos mesmos.

## **2. O livro didático**

A origem da palavra livro vem do latim *libru*, que se refere às cascas das árvores onde se escrevia, e didático é oriundo do grego *didaktikós*, que quer dizer instrução. (BATISTA, 2011)

Segundo Alaíde Lisboa de Oliveira (1986, p. 13) os livros didáticos são “os compêndios escolares e livros de leitura em classe”, porém, para Magda Becker Soares (1996, p. 54), o livro didático é o “livro escolar, utilizado para ensinar e aprender”.

Diante disso, Antônio Augusto Gomes Batista (1999) critica o

livro didático enquanto instrumento de ensino:

Trata-se de um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições... Voltado para o mercado escolar, destina-se a um público em geral infantil; é produzido em grandes triagens, em encadernações, na maior parte das vezes, de pouca qualidade, deteriora-se rapidamente e boa parte de sua circulação se realiza fora do espaço das grandes livrarias e bibliotecas (p. 529-530).

A importância do livro didático não está pautada apenas aos aspectos pedagógicos e na aprendizagem dos alunos. Além da metodologia de propagação do conhecimento, o livro didático contribui para a formação completa do indivíduo, envolvendo os aspectos políticos, culturais e científicos.

De acordo com João Batista Araújo Oliveira *et al.* (1984), “no Brasil, o contato com o primeiro livro quase sempre se dá escola” (p. 16). Mesmo com o avanço da tecnologia educacional e a variedade de recursos pedagógicos - televisão, vídeo, Datashow, entre outros -, o livro didático continua ocupando uma posição central na prática pedagógica do professor. Diante disso, muitas pesquisas foram e são realizadas no decorrer dos anos acerca do livro didático (BUNZEN, 2001), abrangendo seus aspectos políticos, culturais, pedagógicos e econômicos.

Ao longo dos anos, o livro didático foi se tornando uma ferramenta indispensável nas escolas para o auxílio dos professores. Entretanto, há que se salientar que *o livro deve ser considerado um material de apoio*, assim como descreve o Ministério de Educação e Cultura – MEC (2003) “um material de apoio didático de qualidade faz grande diferença no processo de ensino-aprendizagem” (p. 9).

João Wanderley Geraldi (1987) assinala alguns motivos que negativam o uso do livro didático, sendo eles:

- O livro didático limita o professor a elaborar suas aulas levando em consideração as particularidades dos alunos e o restringe a trabalhar os conteúdos nomeados, provocando assim, uma alienação;
- Unifica uma ampla parcela de alunos com inúmeras características, não pensando em suas peculiaridades;

- Distorce a ideia de condições de trabalho, ou seja, o papel de ensinar do professor é subtraído dando lugar ao livro didático sem que essa relação seja explícita.

Diante disso, o livro didático vai além de uma ferramenta secundária em sala de aula, ele se tornou “a autoridade, a última instância, o critério absoluto de verdade, o padrão de excelência a ser adotado” (FREITAG et al., 1987, p. 93). Para Ana Cristina L. A Jurema (1989), o livro didático “tem presença significativa na vida escolar, tendo por isso mesmo, se tornado uma espécie de livro sagrado, de Bíblia, que, numa linguagem didática, constrói domas de natureza social e política” (p. 22).

### **3. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) cujos objetivos são “a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do ensino fundamental brasileiro” (BATISTA, 2003, p. 25). Foi criado em 1985, porém apenas em 1995 que o programa começa a vigorar com tais finalidades.

Em 1996, o MEC institui medidas para avaliar o livro didático. De acordo com Alaíde Lisboa de Batista e Roxane Rojo (2003),

em nenhum momento o Ministério vinha se propondo, direta e sistematicamente, a discutir a qualidade e a correção dos livros que adquiria e que buscava fazer chegar às mãos dos alunos e professores das escolas públicas do ensino fundamental (p. 27).

Após três anos da instituição das avaliações, em 1999, os livros do segundo segmento do ensino fundamental também começam a ser avaliados. Já em 2000, a distribuição de dicionários de língua portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental é incluída no Programa Nacional do Livro Didático de 2001.

Em 2002, visando atender os alunos do ensino regular de escolas públicas com deficiência visual, o Programa Nacional do Livro Didático passa a distribuir livros didáticos em braille. Sendo assim, é estabelecido em 2004, por intermédio da Resolução nº 40, de 24/08/2004, o fornecimento de livros didáticos de qualidade para esses alunos, conforme

Art. 1º Prover as escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como as escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, definidas no Censo Escolar, que pres-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

tem atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, com livros didáticos de qualidade, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2004, p.2).

No ano de 2007, atendendo aos alunos do *Ensino Médio*, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio – PNLDEM começa a distribuir livro de história, geografia e química, assim como dicionários trilingües de português, inglês e libras. Para os alunos com deficiência auditiva foram fornecidas cartilhas e livros de língua portuguesa em libras e em CD-ROM.

Em parceria com FNDE, o MEC cria o Programa Nacional do Livro Didático de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) em 2009 com o objetivo de “avaliar, adquirir e distribuir obras para todos os alunos do ensino fundamental do sistema educacional público e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)” (CRISÓSTOMO, 2013, p. 23). No entanto, os livros seriam escolhidos em 2010 para cearem as escolas em 2011. No mesmo ano, por meio da Resolução nº 7, de 20/03/2009, instaura o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com a finalidade de assegurar aos alunos e professores da rede pública de ensino a promoção à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social. Diante disso, ficou instituído:

Art. 2º Serão distribuídos às escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista:

- I – à democratização do acesso às fontes de informação;
- II – ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores;
- III – ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. (MEC, 2009, p. 1)

No Programa Nacional do Livro Didático do ano de 2011, através da Resolução nº 40, o Programa Nacional do Livro Didático começa a fornecer livros para as escolas públicas de ensino fundamental que possuem classes multisseriadas ou turmas seriadas do 1º ao 5º ano em escolas do campo.

Em 2012, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio passa a distribuir livros de todas as disciplinas, incluindo os de línguas estrangeiras contemporâneas (inglês e espanhol), sociologia e filosofia. Porém, os livros didáticos de línguas estrangeiras também foram distribuídos aos alunos do ensino fundamental II. Cabe ressaltar que,

também em 2012, o Programa Nacional do Livro Didático se atentou para os avanços tecnológicos, publicando edital para instauração de parcerias com a finalidade de fornecer materiais digitais aos professores.

O edital do Programa Nacional do Livro Didático de 2015 contempla o avanço das novas tecnologias, autorizando as editoras a apresentarem obras multimídia, reunindo livro impresso e livro digital. A versão digital deve trazer o mesmo conteúdo do material impresso mais os objetos educacionais digitais, como vídeos, animações, simuladores, imagens, jogos, textos, entre outros itens para auxiliar na aprendizagem.

Pode-se notar que, no decorrer dos anos, o Programa Nacional do Livro Didático passou por várias mudanças. Em sua composição, abrange desempenhos de vários sujeitos, sendo eles: editoras, banca de professores pareceristas para a realização da avaliação, docentes que devem indicar as coleções e, finalmente, os alunos que usarão os livros. A operacionalização do Programa Nacional do Livro Didático é responsabilidade do MEC, porém, os custos financeiros ficam a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

#### **4. A escolha dos livros didáticos de português**

A operação do Programa Nacional do Livro Didático se caracteriza pelos seguintes períodos: primeiro o livro didático é avaliado e recomendado; no segundo momento, os professores de escola de educação básica escolhem os melhores em sua concepção; terceiro, os livros são enviados à escola e no quarto e último momento, a utilização dos livros didáticos pelos professores e alunos.

A amostra utilizada nesta pesquisa foi constituída por um grupo de 10 professores da língua portuguesa (LP) atuante nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) de escolas públicas participantes do Programa Nacional do Livro Didático.

Faixa etária	Total de docentes	Tempo de atuação	Total de docentes
20 a 29 anos	3	Menos de 5 anos	02
30 a 39 anos	4	5 a 09 anos	05
40 a 49 anos	3	10 a 14 anos	02
		Acima de 20 anos	01
<b>Rede Pública de Trabalho</b>			
Federal	Estadual	Municipal	
02	5	03	

**Tabela 1 – Perfil dos docentes pesquisados.**

#### **4.1. Questões norteadoras para as entrevistas**

1. Você considera o livro didático importante?
2. Como foi o processo de escolha do livro didático de português?
3. Houve uma discussão prévia a respeito do processo de escolha dos livros didáticos e da sua importância?
4. O livro didático que será disponibilizado foi o primeiro da lista?
5. Quais os aspectos que influenciaram sua escolha? (textos, embasamento teórico, atividades gramaticais e/ou de leitura e/ou de produção de textos)

Com base, então, nos questionamentos acima realizados durante a conversa com os professores, destacamos os seguintes aspectos:

- a) Acerca da primeira pergunta todos, sem exceção, responderam que o livro didático é um importante instrumento em sala de aula.
- b) Na pergunta número 2, três entre os dez professores não participaram da escolha do livro didático, alegaram que a escolha do mesmo foi feita pela coordenação e pela gestão. A escola, entre os demais, ocorreu da seguinte forma: (i) alguns professores analisaram os livros durante o horário do intervalo; (ii) os professores participaram de reuniões para analisar o livro didático e fazer suas escolhas.
- c) No item três, quatro professores disseram que não houve qualquer discussão acerca da escolha do livro didático. Os outros seis professores relataram que, em suas escolas, foram organizadas discussões acerca da escolha.
- d) Na escolha do livro didático, os professores podem selecionar duas opções. Desta forma, ao serem questionados se estão utilizando o livro escolhido como primeira opção, três informaram que não.
- e) Analisando os aspectos que mais influenciaram na escolha do material didático, os resultados apontam que as questões mais destacadas pelos professores, em ordem de importância, são: diversidade textual; proposta de trabalho com a leitura; proposta de trabalho com a produção de texto, e; proposta de trabalho com a oralidade.

Além dessas considerações, os professores fizeram algumas colocações importantes. Destacaram que o tempo estabelecido para escolherem o livro didático é curto e, que muitas vezes, necessitam abdicar de outros afazeres para fazer sua seleção.

Outro ponto negativo exposto pelos docentes é o comportamento das editoras no processo de escolha do livro didático. De acordo com eles, determinadas editoras proporcionam benefícios à escola em troca da escolha de seus livros. Desta forma, acabam sentindo-se pressionados parte da direção. E, destacam, também, que a escolha em grupo é bem difícil, pois muitos professores não interagem, tornando a decisão mais conflituosa.

Analisando as entrevistas com os professores, nota-se que o processo de escolha ainda não é feita em grupo, com debates que desenvolvam um olhar crítico perante a obra a ser escolhida. O *Guia do Livro Didático* não é utilizado pelo professor como uma ferramenta de instrução acerca do livro didático, e sim, como mais um documento acerca do material.

## **5. Conclusão**

Diante aos aspectos discutidos, percebemos que na escolha do livro didático, o *Guia do PNL*, em muitas vezes, é deixado de lado pelos professores, não levando em consideração toda análise feita anteriormente pelos avaliadores do Programa. Por outro lado, muitos dos livros que são recomendados pelos avaliadores ainda atendem as expectativas dos professores.

Desta forma, ambas as partes necessitam de uma certa ‘reformulação’ na compreensão do que se trata o Programa Nacional do Livro Didático, sua avaliação e importância para o processo educativo. Os professores precisam fazer parte de fato da escolha desses livros sem serem induzidos a escolher uma coleção específica. Em detrimento disso, os pesquisadores têm a necessidade de se atentarem mais em suas avaliações, se aprofundarem no quesito de cumprimento do edital pelas editoras e autores, entenderem que o livro didático e o *Guia do PNL* são mais que meros manuais. Necessitam de uma postura mais crítica para que se alcance, quem sabe, um livro didático que atenda todas as expectativas.

Sendo assim, alguns caminhos para a resolução desses problemas são sugeridos pelos referidos autores. Um seria transformar o livro didá-



tico em um instrumento estratégico nos cursos de licenciatura; viabilizar um maior acesso dos professores à escolha dos livros didáticos e; empregar, de fato, as horas destinadas à formação inicial para os professores debaterem as concepções acerca do livro didático.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia. (Org.). *Leitura, história e história e leitura*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p. 25-67.

BATISTA, Amanda Penalva. *Uma análise da relação professor e o livro didático*. 2011. Monografia apresentada na Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

BRASIL. Resolução nº 40, de 24/8/2004. Disponível em: <[www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/369](http://www.fnde.gov.br/index.php/resolucoes-2004/369)>. Acesso em: 22-10-2017.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 7, de 20 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3292-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-7-de-20-de-mar%C3%A7o-de-2009-alterada>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Introdução geral. *Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª séries – PNLD/2004*. Brasília: Ministério da Educação, 2003, p. 9-29.

BUNZEN JÚNIOR, Clécio do Santos. A fabricação da disciplina escolar português. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, vol. 11, n. 34, p. 885-911, set./dez. 2011.

CRISÓSTOMO, Monique Teixeira. *O livro didático de língua portuguesa: usos e contribuições para o ensino*. 2013. Dissertação (de mestrado). – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes. Disponível em:

<<http://www.pgcl.uenf.br/2018/pdf/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Monique%20Teixeira%20Cris%C3%B3stomo.pdf>>.

FREITAG, Bárbara et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. Cascavel: Assoeste, 1987.

JUREMA, Ana Cristina L. A. (Coord.). *Livro didático: a falta do professor*. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 1989.

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. *O livro didático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. *A política do livro didático*. 2. ed. São Paulo: Summus; Campinas: Unicamp, 1984.

ROMANATTO, Mauro Carlos. *O livro didático: alcances e limites*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc>>. Acesso em: 19-06-2005.

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. *Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Dimensão, vol. 12, n. 2, p. 52-53, nov./dez. 1996.